



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 94<sup>a</sup> Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 22 de janeiro de 2014.**

Realizou-se no dia 22 de janeiro de 2014, na Sala de Reuniões do Conselho, prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 94<sup>a</sup> Reunião Extraordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os Conselheiros: **Bruno Covas**, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Rubens Naman Rizek Junior**, Secretário-Adjunto de Estado do Meio Ambiente, **Francisco Emílio Baccaro Nigro**, **Miguel Luiz Menezes de Freitas**, **Andrea Nascimento**, **Patrícia Iglesias**, **Antonio Abel Rocha da Silva**, **Olavo Reino Francisco**, **Marcelo Pereira Manara**, **Marcos Lopes Couto**, **Luís Fernando Rocha**, **Felipe de Andréa Gomes**, **Ronaldo Severo Ramos**, **Yara Cunha Costa**, **Sido Otto Koprowski**, **Cristina Maria do Amaral Azevedo**, **Daniel Smolentzov**, **Matilde da Costa**, **Lacir Ferreira Baldusco**, **Ricardo Luiz Ricardo Viegas de Carvalho**, **Nelson Roberto Bugalho**, **Rubens Nicareta Chemin**, **Iracy Xavier da Silva**, **Daniel Glaessel Ramalho**, **José Ricardo Franco Montoro**, **Carlos Cunha**, **Zuleica Maria de Lisboa Peres**, **Isabel Cristina Baptista**, **Jorge Hamada**, **Antonio Elian Lawand Júnior**, **Marcos Campagnone**, **Paulo Roberto Dalari Soares**, **Luiz Antonio Cortez Ferreira**, **Rosa Ramos**, **André Graziano**, **Carlos Alexandre Ribeiro**, **Pierre Ribeiro de Siqueira**, **Ademir Cleto de Oliveira**. Constavam do Expediente Preliminar: 1. Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 2. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constava da Ordem do Dia: Continuação da Apreciação da Minuta de Decreto que cria o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP-SP. O Presidente do CONSEMA declarou abertos os trabalhos e informou que tanto a Presidência como a Secretaria-Executiva do Conselho não tinham nenhuma informação a oferecer. Passou-se, então, aos assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Como nenhum conselheiro inscreveu-se para fazer uso da palavra, passou-se ao item único da Ordem do Dia, qual seja, a continuação da apreciação da Minuta de Decreto que cria o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP-SP, dando prosseguimento à análise iniciada na plenária extraordinária que a precedeu. Passou-se à análise do texto proposto para a Seção I, que versa sobre o tema “Reserva Particular do Patrimônio Natural”. O Presidente do CONSEMA leu as Emendas 90 e 92, que alteram o Artigo 25 e que, discutidas e incorporadas as alterações consideradas necessárias, foram aprovadas por unanimidade. Foram outrossim rejeitadas, considerando-se os posicionamentos dos conselheiros **Daniel Glaessel**, **Nelson Bugalho** e **Marcos Couto**, as Emendas 91 e 198. Apreciadas as Emendas 138, 139 e 199 – que alteram os Incisos III e IV do Artigo 25, e consideradas as ressalvas pontuadas pelo conselheiro Daniel Glaessel, foi aprovada a Emenda 139 e rejeitadas as Emendas 138 e 199. Passou-se à leitura das Emendas 19, 92, 140, 170 e 200, que alteram o Artigo 26. Registrado o posicionamento do conselheiro **Daniel Glaessel**, contrário às Emendas 19 e 92, e, do conselheiro **Daniel Smolentzov**, favorável à Emenda 170 e contrário às Emendas 19, 92 e 140, foram aprovadas as Emendas 170 e 200 e rejeitadas as Emendas 19, 92 e 140. Passou-se à leitura e discussão das Emendas 20, 141 e 201, que alteram o § 1º do Artigo 26; das Emendas 21 e 22, que alteram o § 2º do Artigo 26, e das Emendas 22, 142, 203 e 204, que alteram o texto do § 3º do Artigo 26. Considerados os posicionamentos dos conselheiros **Daniel Smolentzov**, **Nelson Bugalho**, **Olavo Reino Francisco** e **Patrícia Iglesias**, foram aprovadas as Emendas 20, 21 e 22 e rejeitadas as Emendas 141 e 201. Passou-se à análise das Emendas 202, 142 e 203, que, acrescidas das manifestações dos conselheiros **Daniel Smolentzov**, **Francisco Emílio Baccaro Nigro** e **Nelson Bugalho**, discutidas pelo Pleno e submetidas à votação, resultaram na





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

redação final dos Artigos 25 e 26. Passou-se à leitura e discussão das Emendas 93, 171 e 205, que alteram o Artigo 27, e que, consideradas as ponderações do conselheiro **Daniel Smolentzov**, deram ao Artigo 27 sua redação final. Passou-se à leitura das Emendas 94, 172 e 206, que alteram o Artigo 28, e que, após discutidas, foram aprovadas, ensejando o texto final do artigo. Passou-se à leitura das Emendas 95, 143, 173 e 207, sendo submetida à apreciação do Pleno a primeira delas. Manifestaram-se a respeito os conselheiros **Daniel Smolentzov, Marcos Couto, Marcelo Manara, Nelson Bugalho, Cristina Maria do Amaral Azevedo (Kitty), Andréa do Nascimento, Daniel Lima**, e seu assessor **Clayton Lino, Daniel Glaessel e Iracy Xavier**. A pedido da conselheira **Cristina Maria do Amaral Azevedo**, ouviu-se a explanação do assessor **Rodrigo Victor**, representante da Fundação Florestal, sobre o conceito “área equivalente”, a que se refere a Emenda 95. Colocada em votação, a referida emenda foi aprovada. O conselheiro **Daniel Smolentzov** solicitou fosse registrado seu voto contrário à Emenda 95, pelas razões que aduziu. Foram discutidas as Emendas 173 e 207, a última delas rejeitadas, ensejando o texto final do Artigo 29. Passou-se às Emendas 96 e 24, que, após debatidas e submetidas à votação, foram ambas rejeitadas. Introduziu-se a Seção III da Minuta de Decreto, com a apreciação da Emenda 174, que, enriquecida com as pertinentes colocações dos conselheiros **Daniel Smolentzov e Nelson Bugalho**, foi aprovada, dando origem à redação final do *caput* do Artigo 30. Passou-se à apreciação das Emendas 25 e 208, ressalvadas pelo posicionamento do conselheiro **Marcos Couto**, que suscitou discussão acerca da definição conceitual de zona de amortecimento e sua relação com as zonas urbanas consolidadas, tendo como parâmetro o disposto pela Resolução CONAMA atinente. Tal posicionamento foi contrastado pelos argumentos que os conselheiros **Daniel Glaessel e Daniel Smolentzov** ofertaram, o último deles escorado no imperativo de se buscar, tanto quanto possível, que o decreto em discussão não conflite com a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SNUC, posicionamento este corroborado com os dos conselheiros **Nelson Bugalho e Yara Cunha Costa**. Passou-se à apreciação da Emenda 208, que, submetida à votação, foi rejeitada, assim como as Emendas 25 e 144, que, apreciadas em seguida, foram igualmente rejeitadas. Discutida e apreciada, a Emenda 209 foi rejeitada, tendo o conselheiro **Daniel Smolentzov** fundamentado seu voto nas mesmas razões que subsidiaram seu posicionamento na discussão acerca das zonas de amortecimento. Passou-se à discussão das Emendas 145 e 175, tendo a rejeição da primeira sido defendida pela conselheira **Iracy Xavier** e a aprovação da segunda pelo conselheiro **Daniel Smolentzov**. Passou-se à apreciação da Emenda 146 que, lapidada pelos argumentos dos conselheiros **Daniel Glassel e Daniel Smolentzov**, resultou aprovada. Colocada em discussão a Emenda 97, restou recusada pelo Pleno, após novamente ouvidas as considerações dos conselheiros supramencionados. Passou-se à apreciação da Emenda 173, que diz respeito ao Artigo 29, primeiramente, defendida por seu autor, **Daniel Smolentzov**, depois contrastada pelas colocações da conselheira **Cristina Maria do Amaral Azevedo**, e, na sua esteira, do conselheiro **Daniel Glaessel**, e dos esclarecimentos ofertados pelo assessor **Clayton Lino**, entre os quais a reivindicação da autoria do texto sobre o SNUC. O conselheiro **Nelson Bugalho** manifestou-se favorável à supressão de expressão contida na Emenda 176, que se refere ao Artigo 33, e o conselheiro **Daniel Smolentzov**, atentando para a necessidade de tornar ainda mais explícita – de modo a não restar qualquer dúvida – a proposição sobre a destinação a ser dada, pelas unidades de conservação, aos recursos a serem empregados para compensação, postulou que se aprovasse a Emenda 177, que propõe que se suprima o parágrafo único do Artigo 34, posicionamento em que foi acompanhado pelos conselheiros **Nelson Roberto Bugalho e Zuleica Maria de Lisboa Peres** e pelo assessor **Clayton Lino**. Apreciadas e discutidas as Emendas 98 e 178, que propõem a supressão do parágrafo único do Artigo 35, ambas foram pacificamente aprovadas. Passou-se à



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Emenda 99, que trata do Artigo 36. Depois de discutida, recebeu sugestões dos conselheiros **Cristina Maria do Amaral Azevedo, Daniel Glaessel Ramalho, Patrícia Iglecias e Nelson Roberto Bugalho** e do assessor **Clayton Lino**, sugestões estas que, aprovadas, foram integradas à proposta original, resultando na sua redação final. Passou-se à apreciação da Emenda 226, que altera a redação do inciso III o § 1º do Artigo 36, e da Emenda 99, que altera o § 2º do mesmo artigo. Discutidas, foram ambas aprovadas, a primeira delas, porém, como inciso V. Em seguida, procedeu-se à leitura e discussão da Emenda 147, modificativa do Artigo 38. Esclarecidas as dúvidas suscitadas pelos conselheiros **Daniel Glaessel e Daniel Smolentzov**, o **Presidente do CONSEMA** apresentou proposta alternativa, conduzindo, via consenso, à rejeição da emenda. Passou-se à análise das Emendas 100, 101 e 148, que tratam da inclusão do inciso II e renumeração dos demais incisos do Artigo 38, que, discutidas, foram aprovadas na forma sugerida, passando-se imediatamente às Emendas 179 e 187, que, por se tratar de emendas de redação, foram de pronto aprovadas. Aprovada foi, também sem discussão, a Emenda 102. As Emendas 149 e 150, que incluem parágrafos ao Artigo 38, renumerando os demais, foram rejeitadas considerando-se as colocações da conselheira **Iracy Xavier**. Passou-se à apreciação da Emenda 188, que altera a redação do Artigo 39, Inciso III. O conselheiro **Daniel Smolentzov**, por sua vez, defendeu manutenção da redação original, posição que restou vitoriosa. Passou-se à Emenda 227, que altera o inciso III do Artigo 39, aprovada por unanimidade, e da Emenda 189, a respeito da qual o conselheiro **Daniel Smolentzov** registrou posicionamento contrário, corroborado pelo Pleno. Procedeu-se à leitura da Emenda 103, modificativa do Artigo 40, e da Emenda 104, que altera o texto do Artigo 41, ambas aprovadas. Também as Emendas 105 e 106 foram apreciadas e aprovadas sem manifestações. Passou-se à apreciação das Emendas 151, que retira o inciso III do Artigo 41, a respeito da qual o conselheiro **Daniel Smolentzov** posicionou-se contrariamente, ou seja, em defesa da manutenção da redação original, no que foi seguido pelos demais conselheiros. Encaminhadas à votação as Emendas 106 e 151, retirando esta última o inciso III do Artigo 41, renumerando-se os restantes, aprovou-se a primeira e rejeitou-se a segunda. Às Emendas 107 e 210, que incluem novo inciso ao Artigo 41, acrescentaram suas contribuições os conselheiros **Daniel Glaessel e Iracy Xavier**, restando aprovada a primeira e rejeitada a segunda. A Emenda 108, atinente à redação do Artigo 43, foi logo aprovada, enquanto a Emenda 211, também concernente ao mesmo artigo, ouvidos uma vez mais os conselheiros **Iracy Xavier e Daniel Glaessel**, restou, por sua vez, rejeitada. Passou-se à Seção VI, inicialmente com a apreciação das Emendas 26 e 109, tendo a primeira sido aprovada com alterações, parte do conteúdo da segunda aprovado, e, com o fragmento rejeitado, criado o Artigo 45 – o que passou a constituir a Emenda 45. Passou-se à apreciação da Emenda 228, que, após a apreciação, foi rejeitada. Apreciadas as Emendas 27 e 28, ambas foram pacificamente aprovadas. Após os conselheiros **Daniel Glaessel, Olavo Reino e Marcelo Manara** tecerem relevantes considerações, restou aprovada a Emenda 29. Passou-se à apreciação da Emenda 30, que altera o parágrafo único do Artigo 45, e que, esclarecidas as dúvidas dos conselheiros **Iracy Xavier e Daniel Glaessel**, teve-se por aprovada. Passou-se à Emenda 110, que altera a redação do *caput* do Artigo 46, e, na sequência, à Emenda 212. Colocadas em discussão, foram ambas rejeitadas. Passou-se à apreciação da Emenda 213, que altera redação do inciso I do Artigo 46. Havendo o conselheiro **Daniel Smolentzov** defendido a redação original do referido artigo e sem que houvesse manifestação favorável, foi a emenda rejeitada. A Emenda 214, que altera o inciso II do Artigo 46, sem registrar manifestação favorável, foi por igual rejeitada, enquanto as Emendas 215, 216, 217, 218, 219, 31, 220, 222, 32, 223 e 224, votadas em bloco em razão da afinidade temática, lograram idêntico destino. O conselheiro **Ricardo Viegas** ofereceu destaque à Emenda 221, que, recebendo aval do conselheiro **Nelson Bugalho**, restou aprovada. Passou-se à apreciação das Emendas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

propostas para o Capítulo IV – Do Cadastro do SIGAP. A Emenda 33, que modifica a alínea “a” do § 3º do Artigo 47, foi aprovada por consenso, após o que se colocou em discussão a Emenda 152, que suprime o Artigo 48 e parágrafos. Após o conselheiro **Daniel Glaessel** desfilar uma série de argumentos justificadores de seu posicionamento pela rejeição da referida emenda e sem que houvesse oposição, foi a emenda rejeitada. Por oportuno, o conselheiro **Nelson Bugalho** propôs que se alterasse também o *caput* do mesmo artigo, haja vista necessidade de se manter a coerência do texto, o que foi corroborado pelo Pleno. Passou-se às Emendas 34 e 180, aprovadas sem discussão, e, em seguida, às Emendas 111 e 153, que incluem no texto o Capítulo VI – Dos Mecanismos Financeiros de Apoio à Gestão das Unidades de Conservação Estaduais. Depois de os conselheiros **Daniel Glaessel** e **Iracy Xavier** posicionarem-se contrariamente às referidas emendas, foi aprovada a Emenda 111 e rejeitada a Emenda 153. A Emenda 112, que altera texto do Artigo 49, após esclarecidas as dúvidas dos conselheiros **Marcelo Manara** – que defendeu a redação original do referido artigo –, **André Graziano** e **Nelson Bugalho**, foi aprovada, modificada pela proposta do último. A Emenda 35, que altera o Artigo 51, e as Emendas 36, 154 e 229, que alteram o Artigo 52, foram, em seguida, posicionamento contrário à Emenda 154, enquanto, por sua vez, o conselheiro **Marcelo Pereira Manara**, também contrário à Emenda 154, mostrou-se favorável à 229. Sem manifestação divergente, encaminhou-se pela aprovação da Emenda 36 e pela rejeição da 154, o que foi ratificado pelo Plenário. Colocada em discussão a Emenda 230, tomaram parte no debate os conselheiros **Marcelo Manara**, **Daniel Glaessel**, **Daniel Smolentzov** e **Nelson Bugalho**, que suscitaram e dirimiram dúvidas, propuseram correções, retificações e ofereceram subsídios à sua análise e . Ao final, restou rejeitada. Passou-se à Emenda 37, que impinge alterações ao Artigo 54. Pacífico o entendimento a seu respeito, foi logo aprovada. A Emenda 113, que inclui o artigo 55, também sem discussão aprovou-se. A respeito da Emenda 38, que altera a redação do Artigo 56, o conselheiro **Daniel Smolentzov** registrou ser absolutamente contrário, entendimento seguido pelo conselheiro **Nelson Bugalho**. Vitorioso o ponto de vista, foi a emenda rejeitada. A Emenda 155, que suprime os Aaram o conselheiro representante da PGE a retirar a emenda proposta, restando prejudicada sua análise. Passou-se à Emenda 114, que altera o Artigo 61, e que, ouvidas as considerações do conselheiro **Olavo Reino**, foi aprovada. Passou-se à análise das Emendas 115, 231, 117, 39, 40, 190, 116, 41, 232, 42, 43, 44, 45, 46 e 47, mais os anexos 2, 3 e 4, como também as Emendas 57, 118, 236, 58, 237, 59, 233, 48, 49, 50 e 51, que, em consonância com proposta do conselheiro Rubens Rizek, foram aprovadas na forma do SIEFLOR vigente e conforme subsídios ofertados pela Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo–FF. Submetida ao Plenário as Emendas 54 e 55, que alteram, respectivamente, o Artigo 66, inciso II, e o Artigo 66, inciso III, logrou, a primeira, aprovação e a segunda, rejeição. A Emenda 55, que altera o inciso IV do Artigo 66, foi também, sem discussão, aprovada, enquanto as Emendas 52, que acrescenta o inciso I ao Artigo 66, e 53, que adiciona o inciso II ao mesmo artigo, foram aprovada a primeira e rejeitada a segunda, sentido em que registrou seu voto o conselheiro **Carlos Cunha**. A Emenda 56, que altera o artigo 67, ausentes manifestações favoráveis, foi rejeitada. Por derradeiro, e considerando tratarem-se as emendas 234 e 235 ainda do tema SIEFLOR, encaminhou-se-lhes ambas pela aprovação, homologada pelo Pleno. Discutidas todas as emendas à Minuta de Decreto que institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse do Estado de São Paulo–SIGAP, obteve-se seu texto final, que deu origem à seguinte DELIBERAÇÃO: **“Deliberação CONSEMA 01/2014. De 22 de janeiro de 2014. 94ª Reunião Extraordinária do Plenário do CONSEMA. Manifesta-se favorável à Minuta de Decreto que institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP e dá outras providências. O Conselho Estadual do Meio Ambiente –**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**CONSEMA**, no exercício de sua competência legal, em especial da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 2º da Lei 13.507/2009, delibera: Artigo Único - Declara-se favorável à Minuta de Decreto abaixo transcrita que institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP e dá outras providências. ‘**DECRETO N° , DE 2013. Institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP e dá outras providências.**’ O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, Decreta: **CAPÍTULO I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.** Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP, como instrumento integrador, regulador e promotor das ações do Poder Público e da coletividade visando assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Art. 2º - O SIGAP, sem prejuízo da aplicação da legislação pertinente, será regido pelos seguintes objetivos e diretrizes: I – integrar, organizar, catalogar e disponibilizar informações das Unidades de Conservação e demais áreas protegidas; II – contribuir para a base de conhecimento ambiental territorial do Estado de São Paulo, para fundamentar, planejar e implementar políticas públicas; III - coordenar as informações sobre as áreas protegidas e estabelecer diretrizes para o monitoramento da utilização dos recursos naturais protegidos nestas áreas; IV - garantir a conservação da diversidade biológica e dos recursos genéticos em todo o território estadual e nas águas jurisdicionais; V - assegurar que no conjunto das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território paulista e suas águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente; VI - promover o desenvolvimento sustentável das comunidades e populações situadas no entorno e nas unidades de conservação de uso sustentável, aplicando princípios e práticas de conservação da natureza no processo de crescimento socioeconômico regional e valorizando econômica e socialmente a diversidade biológica com vistas a aumentar também o índice de desenvolvimento humano da região; VII - contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população no Estado de São Paulo, por meio da conservação *in situ* e *ex situ* da biodiversidade e do incentivo às ações de desenvolvimento sustentável; VIII - assegurar a participação das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação; IX - incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e contribuírem com a administração e conservação das Unidades de Conservação, seus entornos e demais Áreas Protegidas, considerando as condições e as necessidades das populações locais; X - estimular a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável de recursos naturais em terras de propriedade pública ou privada; XI - buscar que sejam respeitados, preservados e mantidos o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica; XII - evitar o isolamento das unidades de conservação, criando condições para que estas participem dos processos socioeconômicos e culturais das regiões onde estão inseridas; XIII - incentivar a promoção, implantação, implementação e avaliação da educação e interpretação ambiental, assim como da recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIV - buscar parcerias que venham a contribuir na busca pela compatibilização da proteção da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável da região nas quais estão inseridas as Unidades de Conservação, incentivando a participação das organizações locais; XV - buscar formas para garantir meios de subsistência alternativos às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

unidades de conservação; XVI - buscar formas para a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos da pesquisa realizada nas Unidades de Conservação, bem como do uso de seus recursos biológicos e genéticos entre aquele que realizou a pesquisa ou fez uso dos recursos biológicos e genéticos e a Unidade de Conservação na qual tal processo se realizou; XVII - identificar e buscar apoio e a cooperação de outros órgãos afins, em especial as universidades, as organizações não-governamentais, as organizações privadas e pessoas físicas, para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão, manejo de proteção integral, assim como de uso sustentável dos recursos, conforme assim requeiram as diversas categorias de manejo e proteção às áreas protegidas do Estado de São Paulo; XVIII - assegurar que o processo de criação e gestão das Unidades de Conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração dos territórios e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais; XIX - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional, assim como paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; XX - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, assim como proteger recursos hídricos e edáficos; XXI - apoiar a restauração ecológica de ecossistemas degradados, conforme indicado em projeto oficial e aprovado pelo órgão competente; XXII - proporcionar meios e incentivos para as atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XXIII - buscar conferir às unidades de conservação e demais áreas protegidas, nos casos possíveis e respeitadas as normas legais e a conveniência da administração, autonomia administrativa e financeira; XXIV - garantir uma alocação adequada dos recursos humanos e financeiros necessários para que, uma vez criadas, as Unidades de Conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos; XXV - buscar a proteção, de forma integrada e sempre que se mostrar conveniente e oportuna, de grandes áreas protegidas de diferentes categorias, próximas, justapostas ou contíguas, integrando as diferentes atividades de conservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e a restauração e recuperação dos ecossistemas nelas contidos; XXVI - garantir a realização, execução e periódica atualização e revisão de planos de manejo, com base em metodologias que privilegiem ampla participação da sociedade. XXVII - contribuir com a conservação genética *in situ* e *ex situ* de espécies da fauna e flora; Art. 3º - O SIGAP será composto pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições: I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, com as atribuições de acompanhar a implantação do SIGAP; II - Órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o SIGAP; III - Órgãos executores: órgãos e entidades públicas e privadas dentro das suas atribuições legais; IV - Órgãos colaboradores: órgãos integrantes do SEAQUA e ITESP. **CAPÍTULO II. DAS ÁREAS INTEGRANTES DO SIGAP.** Art. 4º - Para os fins previstos neste decreto, são áreas integrantes do SIGAP: I - As Unidades de Conservação da natureza, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, compreendendo unidades: a) de proteção integral: 1) Estação Ecológica, área destinada à preservação da natureza, na qual são autorizadas a realização de pesquisas científicas e a visitação pública com objetivo educacional, desde que a unidade tenha Plano de Manejo regrando tais atividades e estas não acarretem alterações nos ecossistemas protegidos; 2) Reserva Biológica, área destinada exclusivamente à preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sendo proibida qualquer interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais; 3) Parque Estadual, área destinada à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico; 4) Monumento Natural, área destinada à preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica; 5) Refúgio de Vida Silvestre, área destinada à proteção de ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória; b) de uso sustentável: 1) Área de Proteção Ambiental, área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais; 2) Área de Relevante Interesse Ecológico, área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza; 3) Floresta Estadual, área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas; 4) Reserva Extrativista, área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade; 5) Reserva de Fauna, área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos; 6) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica; 7) Reserva Particular do Patrimônio Natural, área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. II - Outras áreas protegidas, como tais definidas em legislação específica: a) Área de Preservação Permanente, área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; b) Reserva Legal, área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 da Lei federal nº 12.651/2012, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa; c) Áreas úmidas, como tal definidas e reconhecidas nos termos da Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional - RAMSAR; d) Área Natural Tombada: área de proteção ao patrimônio natural e paisagístico devidamente inscrita como tal no livro de tombo municipal, estadual ou federal; e) Reservas da Biosfera, áreas demarcadas e





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

reconhecidas pela UNESCO em território paulista mediante critérios reconhecidos internacionalmente; f) Áreas do Patrimônio Mundial Natural, como tal definidas e reconhecidas nos termos da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO; g) Monumento Geológico: elementos da geodiversidade que apresentem alto valor científico, cultural, educacional ou turístico que necessitam de proteção especial; III - Outras áreas de interesse ambiental: a) Estradas-Parque: infraestrutura de transporte linear compreendida em leitos de vias pedonais, estradas ou rodovias, incluindo as respectivas faixas de domínio, cujo entorno, contado a partir do limite mais externo da faixa de domínio, no todo ou em parte, compreende área de atributos naturais de importância cênica cultural, educativa, recreativa ou de importância para a biodiversidade ou repositório de patrimônio genético, estejam inseridas ou não em outras áreas protegidas definidas neste Decreto; b) Área em Estudo para Expansão da Conservação da Biodiversidade: perímetro territorial definido em ato do Secretário do Meio Ambiente destinado à realização de estudos visando à possível implantação de soluções e instrumentos de política pública ambiental com vistas a manutenção da integridade de ecossistemas locais ameaçados; c) Paisagem Cultural, porção peculiar do território paulista, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores; d) Eco-Museu: área de valor simbólico, constituída por patrimônio material e seu contexto natural, com seu perímetro e funções devidamente definidos, reconhecida e gerida por segmentos autônomos da sociedade, com ou sem parceria do Poder Público; e) Áreas de Cavidades Naturais Subterrâneas, sendo estas todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, furna, ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante, e respectivas áreas de influência previstas na legislação. § 1º - As áreas a que se refere o inciso I, 'a', deste artigo, são destinadas à preservação da natureza, de forma a manter os ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, aplicando-lhes os dispositivos da legislação específica vigente. § 2º - As áreas a que se refere o inciso I, 'b', deste artigo, são destinadas principalmente à compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, aplicando-lhes os dispositivos da legislação específica vigente. § 3º - O SIGAP deverá levar também em consideração os Mosaicos de Unidades de Conservação. § 4º - Para a inclusão das áreas expressas no inciso III deste no SIGAP-SP, deverão: I - ter sua definição e processo feito por norma específica, da qual constarão os responsáveis pela gestão, os objetivos específicos perseguidos e as restrições administrativas pertinentes; II - ser implementado e executado por decreto Específico, para cada espaço territorial de interesse. CAPÍTULO III. DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA ESTADUAIS. Art. 5º - Às Unidades de Conservação da natureza instituídas pelo Estado de São Paulo aplicam-se, complementarmente à legislação específica, às disposições deste Decreto. SECÃO I – DA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL. Art. 6º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural, regularmente reconhecida em território paulista, é uma unidade de conservação de domínio privado com o objetivo de preservar a diversidade biológica, as paisagens notáveis e, subsidiariamente, sítios que apresentem elevado valor histórico, arqueológico, paleontológico e espeleológico. Art. 7º - A criação, implantação e gestão de Reserva do Patrimônio Natural no Estado de São Paulo obedecerão aos procedimentos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

fixados no presente decreto, respeitados os princípios constantes da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e os objetivos do Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Art. 8º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural será instituída por livre e expressa manifestação do proprietário, em caráter perpétuo, e averbada no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente, assim que aprovada sua criação por meio de ato administrativo específico que reconheça o interesse público em sua instituição. Parágrafo único. O reconhecimento de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural será efetuado por meio de resolução do Secretário do Meio Ambiente, após manifestação favorável fundamentada da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Art. 9º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural não deverá ser composta exclusivamente da área de Reserva Legal do imóvel, exceto nos casos em que haja comprovado ganho ambiental, devidamente justificado em Laudo Técnico assinado por profissional legalmente habilitado, aplicando-se a cada uma das áreas a legislação ambiental respectiva. Art. 10 - O proprietário interessado que seu imóvel seja integral ou parcialmente reconhecido como Reserva Particular do Patrimônio Natural deve dirigir requerimento à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, instruído com os seguintes documentos: I - comprovação de dominialidade, representada por certidão, no mínimo, vintenária atualizada do registro do imóvel, emitido pelo serviço de Registro de Imóveis competente, acompanhada de certidão negativa de ônus reais, ou, se for o caso, da anuência dos credores para a instituição da Reserva Particular do Patrimônio Natural; II - no caso de pessoa física, cédula de identidade do proprietário ou de procuração, por instrumento público, com poderes específicos, se for o caso, assim como, se legalmente necessário, documento comprobatório de outorga uxória; III - no caso de pessoa jurídica, atos constitutivos atualizados, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, designação de representante legal com atribuições e poderes específicos, ou procuração com poderes específicos, e documentos do responsável legal; IV - comprovante de quitação do Imposto Territorial Rural - ITR ou Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, conforme o caso; V - mapa da propriedade, em escala compatível, com descrição das divisas e identificação dos confrontantes e da área proposta como Reserva Particular do Patrimônio Natural. Art. 11 - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da data de protocolo do requerimento, deve: I - emitir laudo de vistoria do imóvel, com a descrição da área, compreendendo a tipologia vegetal, a paisagem, a hidrografia e o estado de conservação dos atributos ambientais, relacionando as atividades desenvolvidas no local e indicando as eventuais pressões potencialmente degradantes do ambiente; II - providenciar a publicação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de notícia de requerimento de criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural, assegurando-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para manifestação; III - emitir parecer conclusivo acerca da área cujo reconhecimento como Reserva Particular do Patrimônio Natural se requer, e, se favorável, notificar o proprietário acerca do conteúdo do Termo de Compromisso a ser firmado, de acordo com o modelo do anexo I deste decreto; IV - encaminhar ao Secretário de Estado do Meio Ambiente proposta de reconhecimento da área como Reserva Particular do Patrimônio Natural; V - convocar o proprietário da área para, no prazo de 30 (trinta) dias, assinar o Termo de Compromisso, de acordo com o modelo anexo a este decreto, após o reconhecimento da RPPN por ato do Secretário do Meio Ambiente. § 1º - Após a publicação do ato de reconhecimento e da assinatura do Termo de Compromisso, o proprietário deverá, no prazo de 90 (noventa)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

dias, promover a averbação do Termo de Compromisso, gravando a área do imóvel reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural perante o Registro de Imóveis competente, encaminhando cópia autenticada à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. § 2º - O descumprimento pelo proprietário das obrigações referidas neste artigo importará na revogação da Resolução de reconhecimento da RPPN. Art. 12 - Não será criada Reserva Particular do Patrimônio Natural em área onde já incida decreto de utilidade pública ou de interesse social incompatível com os seus objetivos. Art. 13 - Toda Reserva Particular do Patrimônio Natural deverá dispor de Plano de Manejo elaborado pelo proprietário da área, no prazo de 36 (trinta e seis) meses da assinatura do Termo de Compromisso. § 1º - A partir da criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização. § 2º - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo prestará orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural, sempre que possível, para a elaboração de Plano de Manejo. Art. 14 - Podem ser implementadas ou desenvolvidas na Reserva Particular do Patrimônio Natural, atividades de pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, inclusive com apoio de universidades, entidades afins ou órgão público. § 1º - É vedado o desenvolvimento de atividades que comprometam ou alterem os atributos naturais da Reserva Particular do Patrimônio Natural que justificaram sua criação. § 2º - Eventuais atividades a serem desenvolvidas ou implementadas na Reserva Particular do Patrimônio Natural, por iniciativa do órgão público, instituição de ensino, científica ou outra de qualquer natureza deverão ser compatíveis com o estipulado no Plano de Manejo e dependerão de autorização prévia do proprietário do imóvel, no que diz respeito a entrar na área para desenvolvimento das atividades, bem como devem ser objeto de informação ou relatório à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, para registro e acompanhamento do manejo e da utilização da Reserva. § 3º - Fica autorizado o proprietário a realizar coleta de sementes com finalidade comercial, e outros usos de manejo, mediante aprovação no plano de manejo pelo órgão responsável pelo reconhecimento da Reserva Particular do Patrimônio Natural. Art. 15 - É obrigação do proprietário da área de Reserva Particular do Patrimônio Natural: I - assegurar a manutenção dos atributos ambientais da Reserva Particular do Patrimônio Natural; II - elaborar e implementar um Plano de Manejo da Unidade; III - divulgar, na região, sua condição de Reserva Particular do Patrimônio Natural, inclusive com a colocação de placas nas vias de acesso e nos limites da área, advertindo quanto à proibição de desmatamento, queimada, caça, pesca, apanha, captura de animais e qualquer outro ato que afete ou possa afetar o meio ambiente; IV - encaminhar, anualmente, e sempre que solicitado, à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, relatório de situação da Reserva Particular do Patrimônio Natural e das atividades desenvolvidas. Art. 16 - As Reservas Particulares do Patrimônio Natural serão anualmente monitoradas, ficando o proprietário do imóvel, em caso de descaracterização dos atributos que justificarem a sua criação, obrigado à recomposição, sem prejuízo das demais cominações legais. § 1º - Por descaracterização, entendem-se atividades e/ou intervenções na Reserva Particular do Patrimônio Natural que possam prejudicar seus atributos, sua manutenção, sua qualidade ambiental ou que propiciem o desvio de sua destinação. § 2º - Verificada, no monitoramento, alteração negativa da área protegida por ação ou omissão nociva do responsável legal pela Reserva Particular do Patrimônio Natural, este será notificado a sanar a irregularidade e reparar danos causados, com orientação da





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, sem prejuízo de instauração de procedimentos para apuração de responsabilidades. Art. 17 - À Reserva Particular do Patrimônio Natural será assegurada, pelas autoridades públicas competentes, especialmente pelo Comando de Policiamento Ambiental do Estado de São Paulo, a proteção estabelecida pela legislação às demais Unidades de Conservação de domínio público, sem prejuízo do direito de propriedade, que deverá ser exercido por seu titular em defesa da preservação da área. Art. 18 - O reconhecimento de uma Área de Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual acarretará os efeitos legais para fins de apuração dos tributos e demais encargos que recaem sobre a área, na forma da legislação específica que rege a matéria. Art. 19 - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo divulgará amplamente a lista e informações ambientais pertinentes às Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Art. 20 - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo estabelecerá as normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto no que se refere às Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Art. 21 - Fica instituído, no âmbito do Estado de São Paulo, o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural, sob coordenação da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, com o objetivo de estimular a criação e implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, mediante as seguintes ações: I - fortalecimento da organização associativa dos proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Estado de São Paulo; II - gestão junto aos competentes órgãos das esferas federal, estadual e municipal objetivando a concessão de isenções tributárias e outros incentivos fiscais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, reconhecidas como tal nos termos deste decreto; III - gestão junto aos setores governamentais das esferas federal, estadual e municipal com vista à priorização da concessão de crédito por instituições oficiais, relativamente a imóveis que contenham em seu perímetro Reservas Particulares do Patrimônio Natural, reconhecidas como tal nos termos deste decreto; IV - capacitação dos proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural e apoio às iniciativas de capacitação de suas equipes; V - articulação e ação conjunta com os demais órgãos públicos fiscalizadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente, visando à otimização dos resultados de proteção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural; VI - apoio técnico e científico, visando o monitoramento e os estudos nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural; VII - orientação técnica nos processos de restauração das Reservas Particulares do Patrimônio Natural; VIII - estímulo e apoio ao desenvolvimento de atividades de ecoturismo e educação ambiental das Reservas Particulares do Patrimônio Natural; IX - apoio à divulgação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, seus objetivos e importância, com campanhas sistemáticas e permanentes, que tenham como público alvo a sociedade e os órgãos públicos; X - outros estímulos e incentivos objetivando a implementação e consolidação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, inclusive por meio de programas específicos de pagamento por serviços ambientais. Art. 22 – Fica a Secretaria do Meio Ambiente autorizada a implementar programas de pagamento por serviços ambientais destinados às Reservas Particulares do Patrimônio Ambiental, visando estimular a criação de novas reservas e a consolidação das já existentes, com amparo nas disposições do Programa de Remanescentes Florestais instituído pelo art. 51 do Decreto nº 55.947, de 24 de junho de 2010. SEÇÃO II - DA CRIAÇÃO, DA ALTERAÇÃO DOS LIMITES E DA DESAFETAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS. Art. 23 - As Unidades de Conservação estaduais serão criadas e poderão ter seus limites, finalidades e**





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

afetação alterados nos termos estabelecidos pela legislação específica, complementados por este Decreto. Art. 24 - A criação de uma Unidade de Conservação estadual deverá atender aos seguintes procedimentos preparatórios: I - constatação, por meio de estudos técnicos, da existência de atributos socioambientais que justifiquem a instituição de garantias adequadas de proteção à área, com identificação da localização, dimensão, limites e indicação da categoria para a unidade; II - realização de consulta pública em um ou mais municípios e povoados a ser abrangidos pelo território da unidade de conservação, contando com o fornecimento, por parte do poder público, das informações à população local e a outras partes interessadas, de forma adequada e inteligível, ressalvados os casos excepcionados por lei; III - publicação de Resolução do Secretário do Meio Ambiente, com indicação da categoria da unidade a ser criada, acompanhada de resumo das justificativas para a criação, de memorial descritivo e mapa da área; IV - manifestação do CONSEMA, com base nas justificativas técnicas para a criação de memorial descritivo, mapa da área, considerando as manifestações da Consulta Pública. Art. 25 - No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato a que se refere o inciso III, do art. 24, os interessados poderão impugnar a criação da Unidade de Conservação. § 1º - A impugnação deverá ser apresentada à Secretaria do Meio Ambiente, fundamentada em justificativa técnica que demonstre incorreções ou vícios no procedimento de criação da unidade. § 2º - A impugnação será encaminhada ao órgão gestor proponente da criação da unidade, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar manifestação. § 3º - A apreciação final da impugnação caberá ao CONSEMA. Art. 26 - Concluídos os procedimentos preparatórios a que se referem os arts. 24 e 25, a criação de Unidade de Conservação estadual será submetida a ato do Governador ou da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Art. 27 - A ampliação dos limites de uma Unidade de Conservação existente, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no art. 24, deste decreto. Art. 28 - A desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação estadual só pode ser feita mediante lei específica, desde que a Unidade conte com Plano de Manejo que recomende tais medidas, e haja audiência pública, oitiva do Conselho da Unidade e oitiva do CONSEMA, e desde que ao menos uma área equivalente de dimensão igual ou maior, e com o mesmo valor ambiental daquela desafetada ou reduzida, seja utilizada para criação ou ampliação de uma Unidade de Conservação da mesma categoria da unidade cujos limites foram alterados. § 1º - Sempre que possível, a área desafetada ou reduzida de uma unidade de proteção integral deverá ser incluída em outra categoria menos restritiva, especialmente no caso da desafetação ter sido justificada pelo fato da área natural abrigar populações tradicionais, de forma que o intuito de preservação da área seja mantido e compatibilizado com a outorga de condições e meios necessários para a subsistência física e cultural destas. § 2º - Considera-se equivalente para fins de interpretação deste artigo, a coincidência de estágio da fitofisionomia em análise nos termos da Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e da Lei 13.550/2009 (Lei do Cerrado), conforme o bioma específico.

**SEÇÃO III - DA ZONA DE AMORTECIMENTO, DO CORREDOR ECOLÓGICO E DO MOSAICO.** Art. 29 - As Unidades de Conservação estaduais, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir zona de amortecimento e, quando conveniente, declarar e integrar corredores ecológicos. § 1º - O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos integrados a Unidade de Conservação. § 2º - Os limites da zona de





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas referidas no § 1º poderão ser estabelecidos no ato de criação da unidade ou posteriormente. Art. 30 - Para o estabelecimento das Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos das Unidades de Conservação estaduais deverão ser observados os critérios técnicos e as diretrizes indicadas em Resolução do Secretário do Meio Ambiente. Art. 31 - As áreas que compõem a zona de amortecimento de uma Unidade de Conservação deverão ser objeto de políticas públicas de estímulos financeiros, com vistas à efetiva proteção do entorno. Art. 32 - Quando existir um conjunto de Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. Art. 33 - O mosaico de Unidades de Conservação será reconhecido em ato do Secretário do Meio Ambiente, a pedido tecnicamente justificado dos órgãos gestores das Unidades de Conservação. Parágrafo único. Quando composto por ao menos uma Unidade de Conservação de proteção integral, o mosaico fica habilitado para recebimento de recursos de compensação ambiental, destinados exclusivamente à elaboração e integração dos planos de manejo das respectivas Unidades de Conservação que o compõem. Art. 34 - Os corredores ecológicos serão estabelecidos em observação às regras adotadas pelo órgão ambiental e reconhecidos em ato do Secretário do Meio Ambiente, integrando as áreas que compõem os mosaicos, para fins de sua gestão. **SEÇÃO IV - DO PLANO DE MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS.** Art. 35 - As unidades de conservação estaduais devem dispor de um Plano de Manejo, conforme definido em Lei. § 1º - O Plano de Manejo deve ser elaborado de modo a propiciar: I - o estabelecimento de ações específicas de manejo, orientando a gestão da unidade de conservação, conforme a finalidade para a qual foi instituída; II - a instituição de diretrizes para a implantação da unidade de conservação; III - o plano de fiscalização *in situ* da unidade de conservação; IV - a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a unidade de conservação; V - a participação efetiva da sociedade no planejamento e gestão da unidade de conservação. § 2º - O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, descrevendo-os, incluindo normas, restrições e medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. § 3º - O Plano de Manejo poderá ser implantado de forma gradual, a partir de diagnóstico inicial que defina, com base nos dados de pesquisas e estudos pré-existentes, as ações emergenciais de gestão da unidade, os aspectos gerais de planejamento e as informações e estudos complementares necessários à implantação e gestão completa da unidade de conservação. § 4º - Na elaboração, atualização e implantação do plano de manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Estaduais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente. § 5º - O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo máximo de 3 (três) anos a partir da data de sua criação. Art. 36 - São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu plano de manejo e seus regulamentos. Parágrafo único. Até que seja elaborado o plano de manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

populações porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais até que sejam removidas do território da unidade de conservação. Art. 37 - Para a aprovação e a revisão do plano de manejo da unidade de conservação estadual deverão ser observadas as seguintes etapas: I - Elaboração dos estudos, no âmbito do órgão gestor, com acompanhamento do conselho da unidade de conservação; II - Elaboração de Oficinas Participativas com os atores sociais relacionados com a Unidade de Conservação; III – Manifestação do conselho da Unidade de Conservação; IV - Manifestação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA; V - Aprovação por meio de: a) portaria do diretor do órgão gestor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Estadual, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Estadual e Reserva de Fauna; b) resolução do conselho deliberativo, no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. § 1º - No caso de Área de Proteção Ambiental, quando o zoneamento e normatização da Unidade de Conservação forem estabelecidos no plano de manejo, este deverá ser aprovado por meio de Decreto, cuja proposta deve ser encaminhada ao CONSEMA pelo órgão gestor da unidade, após manifestação do Conselho da Unidade de Conservação. § 2º - No caso de Reserva Particular do Patrimônio Natural, o plano de manejo da unidade deverá ser elaborado pelo proprietário privado e aprovado por portaria do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, prescindindo de manifestação do CONSEMA. Art. 38 - O plano de manejo deverá ser submetido ao CONSEMA acompanhado de resumo executivo que contenha, de forma sintética, dentre outros dados relevantes: I - Informações gerais sobre a unidade de conservação; II - Contextualização da unidade de conservação em relação à região onde está estabelecida; III - Aspectos gerais do planejamento da unidade de conservação, com síntese dos programas de manejo, do programa de fiscalização *in situ*, do zoneamento e respectivo regramento; IV - As normas e as restrições estabelecidas, tecnicamente justificadas, para cada atividade humana regrada na zona de amortecimento ou no zoneamento fixado pela Área de Proteção Ambiental; V - Mecanismos de monitoramento e avaliação. SEÇÃO V - DOS CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS. Art. 39 - Cada uma das Unidades de Conservação estaduais, com exceção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, contará com um conselho nos termos estabelecidos pela legislação específica, instituído por resolução do Secretário do Meio Ambiente ou portaria do órgão gestor. Art. 40 - Os conselhos das Unidades de Conservação estaduais são órgãos colegiados voltados a consolidar e legitimar o processo de planejamento e gestão participativa, devendo pautar suas ações com base nos seguintes princípios: I - valorização, manutenção, proteção e conservação da unidade de conservação e seus atributos naturais; II - otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e nas Zonas de Amortecimento; III - busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e nas Zonas de Amortecimento; IV - otimização do aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros; V - divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação; VI - aplicação dos recursos na busca dos objetivos da Unidade de Conservação, observadas as regras que regem a administração pública; VII – garantir a participação da população no processo de gestão e garantir o acesso à informação a todos os interessados. Art. 41 - Os Conselhos Consultivos dos mosaicos de Unidades de Conservação têm como principal função atuar



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

como instância de gestão integrada das Unidades de Conservação que compõem o mosaico. Art. 42 - O CONSEMA, por meio de deliberação normativa, deverá estabelecer, no prazo de 60 (sessenta) dias, diretrizes para a composição e as regras de funcionamento dos conselhos de unidades de conservação e dos conselhos consultivos de mosaicos, respeitada a legislação específica. SEÇÃO VI - DOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS. Art. 43 - Compete ao Gestor de Unidade de Conservação estadual, designado pelo dirigente do órgão gestor da Unidade de Conservação, o desempenho das seguintes atribuições: I – executar e estabelecer práticas e rotinas administrativas da unidade de conservação; II – implantar o Plano de Manejo; III – acompanhar e coordenar junto ao corpo técnico do órgão gestor a elaboração do Plano de Manejo; IV – contribuir para a publicidade e divulgação do Plano de Manejo; V – planejar, coordenar e executar ações de conservação e proteção na unidade de conservação e apoiar ações na sua zona de amortecimento; VI – desempenhar ações de fiscalização, mediante o exercício do poder de polícia, de maneira subsidiária e supletiva à ação das autoridades policiais; VII - manifestar-se no âmbito do processo de licenciamento quando demandado pelo órgão gestor, por meio de parecer técnico, mediante consulta ao Conselho da Unidade; VIII - promover e viabilizar ações integradas e regionalizadas de fomento ao uso público dos espaços protegidos, como estratégia de conservação da natureza; IX - representar o órgão gestor no Conselho da Unidade de Conservação e em outros fóruns, bem como em audiências públicas, quando designado; X – promover ações e medidas visando ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental na Unidade de Conservação; XI – acompanhar a execução dos recursos provenientes de compensação ambiental; XII - presidir o Conselho Consultivo ou o Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação. Art. 44 - Os gestores de Unidades de Conservação estaduais deverão apresentar o Plano de Metas Anual da Unidade de Conservação, que será submetido à apreciação pelo Conselho da Unidade, até o dia 30 de outubro de cada ano, no qual deve haver a especificação das ações a serem desenvolvidas no ano subsequente, inclusive com previsão dos custos envolvidos. § 1º - Após a apreciação pelo Conselho da Unidade, o Plano de Metas deve ser encaminhado ao CONSEMA para ciência. § 2º - Ao final de cada exercício, o gestor deverá apresentar a prestação de contas ao Conselho da Unidade sobre as ações desenvolvidas e os valores gastos. SEÇÃO VII - DA FISCALIZAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS. Art. 45 - As atividades de fiscalização em Unidades de Conservação estaduais têm como objetivos específicos prevenir, coibir e reprimir atos que tenham como consequência a coleta ou destruição de espécimes da flora e fauna ou alterações dos ecossistemas, o impedimento da regeneração natural de áreas degradadas, a perda da biodiversidade, a realização de quaisquer obras não autorizadas pelo órgão gestor, a perturbação da ordem nos locais de visitação pública, a destruição ou dano de materiais, equipamentos e próprios do Estado, bem como a realização de quaisquer atividades realizadas em desacordo com o plano de manejo. Parágrafo único. Caberá à Secretaria do Meio Ambiente, à Fundação Florestal e à Polícia Militar do Estado de São Paulo a realização, de forma integrada, das atividades de fiscalização. Art. 46 - Os órgãos responsáveis pelas atividades de fiscalização deverão implantar um Plano de Fiscalização Integrada que contemple: I - ações de monitoramento e fiscalização no interior e nas zonas de amortecimento das Unidades de Conservação; II - procedimentos e conceitos essenciais ao exercício da fiscalização ambiental; III - metodologia para o planejamento, execução e controle das ações conjuntas dos órgãos envolvidos; IV - banco de dados de informação; V - programas de treinamento e capacitação de pessoal; VI - utilização de tecnologia avançada e técnicas de inteligência; VII - intercâmbio de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

informações com a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a União e os Municípios, visando ao combate a crimes ambientais; VIII - envolvimento da sociedade civil, de entidades ambientalistas e das comunidades do entorno das unidades de conservação; IX - estabelecimento de metas com foco no desmatamento zero, na erradicação do extrativismo ilegal e da caça; X - indicadores ambientais que mensurem a eficácia e a efetividade das ações implantadas; XI - diagnóstico das Unidades de Conservação no que se refere às atividades de fiscalização. **CAPÍTULO IV - DO CADASTRO DO SIGAP.** Art. 47 - A Secretaria do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro de acesso e conhecimento público das áreas abrangidas pelo SIGAP, com a colaboração dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, bem como de proprietários particulares. § 1º - O cadastro deverá conter os dados principais de cada área abrangida pelo SIGAP, incluindo, dentre outras, informações sobre: a) espécies ameaçadas de extinção; b) situação fundiária; c) recursos hídricos; d) clima; e) solos; f) aspectos bióticos; g) aspectos antrópicos; h) aspectos socioculturais e antropológicos; i) infraestrutura disponível para pesquisa e visitação; j) disposições dos planos diretores municipais aplicáveis; k) disposições do zoneamento ecológico-econômico aplicáveis. § 2º - O cadastro manterá interface com o Cadastro Ambiental Rural - CAR de que trata a Lei Federal nº 12.651/12. § 3º - Com base no Cadastro do SIGAP e no CAR, a Secretaria do Meio Ambiente deverá: a) definir indicadores de qualidade das áreas protegidas, especialmente voltados à análise da biodiversidade abrigada nas Unidades de Conservação estaduais; b) apresentar ao CONSEMA, a cada 2 (dois) anos, um relatório de avaliação global da situação da conservação da natureza no Estado. **CAPÍTULO V - DO CONSELHO CONSULTIVO DO SIGAP.** Art. 48 - O SIGAP contará com um Conselho Consultivo, composto por 9 (nove) membros, sendo um terço de representantes do Governo, um terço de representantes da comunidade científica, e um terço de representantes da sociedade civil com notória atuação na área ambiental. § 1º - Cada conselheiro contará com um suplente, representando o mesmo grupo do titular. § 2º - Os conselheiros titulares, e seus respectivos suplentes, serão indicados e designados pelo Governador. § 3º - O mandato dos conselheiros e dos respectivos suplentes será de dois anos, permitida apenas uma recondução. § 4º - O conselho consultivo reunir-se-á com a maioria de seus membros. § 5º - As decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes. § 6º - A função de membro do conselho não será remunerada. § 7º - O conselho consultivo terá como atribuição de sugerir critérios e diretrizes para: a) contratação de gestores para as Unidades de Conservação; b) gestão das Unidades de Conservação; c) elaboração de planos de manejo; d) pesquisas nas Unidades de Conservação e nas áreas de manejo do SIGAP. **CAPÍTULO VI – DOS MECANISMOS FINANCEIROS DE APOIO À GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS.** Art. 49 - Sem prejuízo dos recursos orçamentários correntes destinados à gestão das UCs estaduais, o governo estadual buscará ampliar as fontes de receita para a complementação da manutenção das UCs, implementando, entre outros, os seguintes mecanismos: I – cobrança pelo uso da água produzida nas Unidades de Conservação; II – pagamento por serviços ambientais; III – cobrança de taxas pela instalação e manutenção de equipamentos de difusão/comunicação. Parágrafo único - O governo do Estado elaborará estudo, no prazo máximo de 2 (dois) anos, visando ao estabelecimento de mecanismos para a destinação de percentual de arrecadação de recursos provenientes de rodovias pedagiadas que atravessem Unidades de Conservação de Proteção Integral. **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.** Art. 50 - A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais. Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* à zona de amortecimento das unidades de conservação de proteção integral, bem como às áreas de propriedade privada pendentes de regularização fundiária inseridas nos limites destas unidades. Art. 51 - O CONSEMA receberá, na qualidade de instância recursal da população paulista, representação feita por quaisquer pessoas tendo por fundamento atos irregulares cometidos por agentes públicos estaduais que atuam na gestão das áreas integrantes do SIGAP. Parágrafo único. Caberá ao CONSEMA definir, por meio de deliberação normativa, como se dará a tramitação das representações a que se refere o *caput*. Art. 52 - A Secretaria do Meio Ambiente, ouvindo o CONSEMA, deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta de projetos de lei para: I - revisão da Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, prevendo a inclusão de todas as Unidades de Conservação previstas na Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, que define o Sistema Nacional de Unidades de Natureza – SNUC, regularmente instituídas no Estado de São Paulo entre os critérios de participação destes no produto de arrecadação do ICMS; II – instituição de programas de pagamento por serviços ambientais destinados à populações das Zonas de Amortecimento de Unidades de Conservação. Art. 53 - A expansão das áreas abrangidas pelo SIGAP, especialmente no que se refere à criação de Unidades de Conservação e corredores ecológicos, deve ser pautada por estudos científicos, reconhecidos pela Secretaria do Meio Ambiente, ficando desde já admitida para tal a utilização prioritária dos resultados do Programa Biota - FAPESP especialmente as “Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo” (Governo do Estado de São Paulo / Secretaria do Meio Ambiente, FAPESP; 2008). Art. 54 - Fica estabelecido o prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias para a Secretaria do Meio Ambiente apresentar ao CONSEMA plano para: I - a delimitação do perímetro de todas as Unidades de Conservação criadas pelo Estado de São Paulo; II - a reavaliação dos espaços territoriais abrangidos pelo SIGAP para eventuais recategorizações, nos termos da legislação específica; III – a realização de censo periódico da população residente no interior de Reservas de Desenvolvimento Sustentável e de Reservas Extrativistas, bem como nas demais áreas protegidas integrantes do SIGAP. Art. 55 - As pesquisas científicas realizadas em Unidades de Conservação e nas demais áreas protegidas sob a administração do Estado de São Paulo deverão ser disponibilizadas aos órgãos do SEAQUA e abertas ao conhecimento público, exceção feita aos casos cujo sigilo se dá por lei especial. Art. 56 - Os empreendedores e concessionários responsáveis por abertura e/ou manutenção de acessos de uso exclusivo necessários aos seus empreendimentos, no interior das unidades de conservação de proteção integral, deverão manter controle diurno desses acessos. Art. 57 - Os mapas e as cartas oficiais do Estado devem, sempre que possível, indicar as áreas que compõem o SIGAP, de acordo com os dados e subsídios fornecidos pela Secretaria do Meio Ambiente e demais órgãos da Administração estadual. Art. 58 - Para fins de conhecimento e divulgação das Unidades de Conservação, existentes no território paulista, legalmente instituídas pela União e municípios, bem como para a definição de políticas públicas integradas, poderão os órgãos federais e municipais competentes incluir suas unidades no cadastro a que se refere o artigo 36 deste Decreto. Art. 59 - Para fins de aplicação da legislação ambiental em território paulista população tradicional é a população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental. Art. 60 - O Estado de São Paulo envidará esforços para firmar



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

convênios com a União e os Municípios, paulistas ou não, como forma de cumprir os objetivos deste Decreto. Art. 61 - O art. 18 do Decreto nº 25.952, de 29 de setembro de 1986, passa a contar com a seguinte redação: “*Artigo 18 - A Fundação será composta das seguintes Diretorias Adjuntas, subordinadas à Diretoria Executiva: I - Diretoria Adjunta do Litoral Norte e Mantiqueira; II - Diretoria Adjunta do Litoral Sul e Paranapanema; III - Diretoria Adjunta Metropolitana; IV - Diretoria Adjunta Interior; V - Diretoria Adjunta Administrativa e Financeira. Parágrafo único. O detalhamento da estrutura básica da Fundação será fixado pelo Regimento Interno.*” Art. 62 - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo é o órgão responsável pelas áreas integrantes do SIGAP relacionadas no Anexo II deste decreto, e terá, além das atribuições previstas no Decreto nº 25.952, de 29 de setembro de 1986, as seguintes: I - executar ações para a conservação, manutenção, proteção e fiscalização das áreas protegidas, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, indicadas no Anexo II, em articulação com a Procuradoria Geral do Estado e demais órgãos de fiscalização e licenciamento do Estado; II - buscar a representatividade dos diversos ecossistemas, por meio do estabelecimento de novas áreas naturais protegidas; III - investir em infraestrutura e equipamentos nas áreas integrantes do SIGAP sob sua responsabilidade; IV - propor mecanismos e instrumentos para remuneração de serviços ambientais prestados nas áreas do SIGAP; V - garantir a aplicação dos recursos provenientes das compensações ambientais nas unidades de conservação sob sua responsabilidade, observadas as normas legais aplicáveis; VI - desenvolver e executar projetos de recuperação ambiental; VII - desenvolver e aplicar projetos de uso sustentável de recursos madeireiros e não madeireiros das áreas do SIGAP e seu entorno. Parágrafo único - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo encaminhará à Secretaria do Meio Ambiente, para avaliação, relatórios semestrais dando conta das atividades e ações executadas. Art. 63 - O Instituto Florestal é o órgão responsável pelas áreas integrantes do SIGAP relacionadas no Anexo III deste decreto, e terá, além das atribuições previstas no Decreto nº 11.138, de 3 de fevereiro de 1978, as seguintes: I - executar ações para a conservação, manutenção, proteção e fiscalização das áreas protegidas, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, indicadas no Anexo III, em articulação com a Procuradoria Geral do Estado e demais órgãos de fiscalização e licenciamento do Estado; II - a gestão da pesquisa, em conjunto com a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, nas áreas do SIGAP indicadas no Anexo II, bem como a gestão da pesquisa nas áreas sob sua responsabilidade, relacionadas no Anexo III; III - a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico das áreas integrantes do SIGAP, considerando, entre outros, os seguintes temas: a) as funções e serviços ambientais dos remanescentes nativos do Estado de São Paulo; b) as mudanças climáticas e suas consequências para a biodiversidade; c) os indicadores de qualidade e sustentabilidade ambiental da biodiversidade; d) a sustentabilidade dos sistemas produtivos agrosilvopastorais; e) o manejo e o melhoramento genético das florestas de produção; f) o manejo das florestas naturais e demais formas de vegetação para a obtenção de produtos não madeireiros; g) a fauna silvestre; h) os ecossistemas costeiros e marinhos. IV - a pesquisa da produção de sementes e mudas de espécies florestais exóticas e nativas; V - a pesquisa de produtos florestais não madeireiros e madeireiros; VI - a pesquisa para subsidiar ações de proteção e recuperação de recursos hídricos, edáficos e paisagísticos. Art. 64 - O gerenciamento das áreas integrantes do SIGAP far-se-á por meio da: I - coordenação dos seus órgãos executores no processo de elaboração e implantação de planos de manejo participativos; II - implementação de estratégias que assegurem os





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

processos de geração e manutenção da biodiversidade "in situ" no território estadual; III - identificação de conflitos de uso dos recursos naturais e ocupação nas áreas protegidas e áreas em seu entorno, contribuindo para possíveis soluções; IV - integração com ações e políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional sustentável. Art. 65 - O Instituto Florestal executará o Plano de Produção Sustentada - PPS, nas unidades relacionadas no Anexo IV deste decreto, com vista à obtenção de resultados científicos e tecnológicos e de resíduos de pesquisa consistentes em produtos e subprodutos florestais. § 1º - A contratação, execução e acompanhamento dos plantios serão de responsabilidade do Instituto Florestal. § 2º - A comercialização, o acompanhamento contratual e o recolhimento da receita financeira dos produtos e subprodutos florestais a que se refere o "caput" deste artigo ficarão a cargo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Art. 66 - A Secretaria do Meio Ambiente e a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo adotarão as providências pertinentes para: I - propor uma política de recursos humanos para a implantação das atividades fins do SIGAP, mediante realização de concursos públicos ou processos seletivos; II - promover o afastamento de seus servidores, observada a legislação regedora da matéria, quando a medida se mostrar necessária ao desempenho das respectivas atribuições; III - formalizar a utilização de bens móveis, inclusive veículos, empregados no desempenho das respectivas atribuições, lavrando, quando for o caso, o competente termo de permissão de uso. Art. 67 - Caberá ao Secretário de Meio Ambiente, mediante resolução, editar medidas complementares necessárias à aplicação do presente decreto. Art. 68 - Ficam revogados: I - o Decreto nº 48.149, de 9 de outubro de 2003; II - o Decreto nº 49.672, de 6 de junho de 2005; e III - o Decreto nº 51.150, de 3 de outubro de 2006. IV - o Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006; V - o Decreto nº 54.079, de 4 de março de 2009; Art. 69 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I.** (a que se refere o artigo 11, inciso III, deste Decreto). **TERMO DE COMPROMISSO.** (pessoa física). **Pelo** presente,

\_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no cadastro de pessoas físicas (CPF) sob o nº \_\_\_\_\_, proprietário(a) do imóvel abaixo caracterizado, reconhecido como Reserva Particular do Patrimônio Natural, compromete-se a assumir o disposto no Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2013 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, assumindo a responsabilidade cabível pela conservação da área e a obrigação de promover a averbação deste Termo de Compromisso na matrícula do imóvel, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, que gravará o imóvel com a Reserva Particular do Patrimônio Natural, em caráter perpétuo, como dispõe o artigo 21 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2013. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL E DA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_, — de — de — .

**FLORESTAL** **TERMO** **DE** **PROPRIETÁRIO** **DIRETOR EXECUTIVO** **FUNDAÇÃO**  
**COMPROMISSO.** (pessoa jurídica). Pelo presente,  
\_\_\_\_\_, pessoa jurídica sediada na \_\_\_\_\_,  
inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

devidamente representada por \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no cadastro de pessoas físicas (CPF) sob o nº \_\_\_\_\_, proprietária do imóvel abaixo caracterizado, reconhecido como Reserva Particular do Patrimônio Natural, compromete-se a assumir o disposto no Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2013 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, assumindo a responsabilidade cabível pela conservação da área e a obrigação de promover a averbação deste Termo de Compromisso na matrícula do imóvel, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, que gravará o imóvel com a Reserva Particular do Patrimônio Natural, em caráter perpétuo, como dispõe o artigo 21 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2013. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL E DA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL – RPPN. Nome: \_\_\_\_\_ . Localização: \_\_\_\_\_ . Matrícula: \_\_\_\_\_ .  
Área da RPPN: \_\_\_\_\_. Registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR): \_\_\_\_\_.  
Registro do INCRA ou similar: \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ .

**PROPRIETÁRIO DIRETOR EXECUTIVO FUNDAÇÃO FLORESTAL**

**ANEXO II. (a que se refere o artigo 62 deste Decreto). UNIDADES SOB ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL.** 1. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE BANANAL. 2. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO BARREIRO RICO. 3. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE BAURU. 4. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CAETETUS. 5. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CHAUÁS. 6. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE IBICATU. 7. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ITAPETI. 8. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS. 9. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JATAÍ. 10. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE PAULO DE FARIA. 11. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE RIBEIRÃO PRETO. 12. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE SÃO CARLOS. 13. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE VALINHOS. 14. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE XITUÉ. 15. PARQUE ESTADUAL DO A.R.A. 16. PARQUE ESTADUAL DO AGUAPEÍ. 17. PARQUE ESTADUAL CAMPINA DO ENCANTADO. 18. PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO . 19. PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA. 20. PARQUE ESTADUAL DE CARLOS BOTELHO. 21. PARQUE ESTADUAL DE FURNAS DO BOM JESUS. 22. PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA . 23. PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO. 24. PARQUE ESTADUAL DA ILHABELA. 25. PARQUE ESTADUAL INTERVALES. 26. PARQUE ESTADUAL DO ITINGUÇU. 27. PARQUE ESTADUAL CAVERNA DO DIABO. 28. PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ. 29. PARQUE ESTADUAL DO JUQUERY. 30. PARQUE ESTADUAL DO JURUPARÁ. 31. PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO. 32. PARQUE ESTADUAL MARINHO DA LAJE DE SANTOS. 33. PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO. 34. PARQUE ESTADUAL DE PORTO FERREIRA. 35. PARQUE ESTADUAL DO PRELADO. 36. PARQUE ESTADUAL DO RIO DO PEIXE. 37. PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR. 38. PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA. 39. PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA. 40. PARQUE ESTADUAL XIXOVÁ-JAPUÍ. 41. PARQUE ECOLÓGICO DO GUARAPIRANGA. 42. PARQUE ECOLÓGICO DA VÁRZEA DO EMBU-GUAÇU. 43. REFÚGIO ESTADUAL DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DO ABRIGO OU GUARAÚ E GUARARITAMA. 44. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BARRA DO ÚNA. 45. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DESPRAIADO. 46. RESERVA ESTADUAL DE ÁGUAS DA PRATA. 47. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ITABERÁ. 48. PARQUE ESTADUAL LAGAMAR DE CANANÉIA. 49. PARQUE ESTADUAL DO RIO DO TURVO. 50. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BARREIRO-ANHEMAS. 51. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUILOMBOS BARRA DO TURVO. 52. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS PINHEIRINHOS. 53. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE LAVRAS. 54. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ITAPANHAPIMA. 55. RESEX DA ILHA DO TUMBA. 56. RESEX TAQUARI. 57. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BANHADO. 58. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABREÚVA. 59. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAJAMAR. 60. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAJATI. 61. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAMPOS DO JORDÃO. 62. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

CORUMBATAÍ, BOTUCATU E TEJUPÁ. 63. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HARAS SÃO BERNARDO. 64. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL IBITINGA. 65. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ILHA COMPRIDA. 66. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ITUPARARANGA. 67. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JUNDIAÍ. 68. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MATA DO IGUATEMI. 69. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MORRO DE SÃO BENTO. 70. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARQUE E FAZENDA DO CARMO. 71. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PIRACICABA E JUQUERI-MIRIM. 72. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PLANALTO DO TURVO. 73. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS QUILOMBOS DO MÉDIO RIBEIRA. 74. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL REPRESA BAIRRO DA USINA. 75. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RIO BATALHA. 76. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO PARDINHO E DO RIO VERMELHO. 77. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SÃO FRANCISCO XAVIER. 78. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SAPUCAÍ-MIRIM. 79. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DO MAR. 80. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SILVEIRAS. 81. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SISTEMA CANTEREIRA. 82. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL TIETÊ. 83. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL VÁRZEA DO RIO TIETÊ. 84. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA DO LITORAL NORTE. 85. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA DO LITORAL CENTRO. 86. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA DO LITORAL SUL. 87. ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DE SÃO SEBASTIÃO. 88. ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO GUARÁ. 89. FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE. ANEXO III. (a que se refere o artigo 63 deste Decreto). UNIDADES SOB ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FLORESTAL. 1. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ITAPEVA. 2. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ITIRAPINA. 3. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE LUIZ ANTONIO. 4. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MOGI-GUAÇU. 5. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SÃO SIMÃO E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE SANTA MARIA. 6. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ARARAQUARA. 7. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BAURU. 8. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BENTO QUIRINO. 9. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BURI. 10. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CASA BRANCA. 11. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITAPETININGA. 12. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITARARÉ. 13. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE JAÚ. 14. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE MARÍLIA. 15. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE MOGI-MIRIM. 16. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PARAGUAÇU PAULISTA. 17. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO. 18. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. 19. ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE TUPI. 20. FLORESTA ESTADUAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE PARANAPANEMA. 21. FLORESTA ESTADUAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS DE SANTABÁRBARA. 22. FLORESTA ESTADUAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ANGATUBA. 23. FLORESTA ESTADUAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ASSIS. 24. FLORESTA ESTADUAL DE AVARÉ. 25. FLORESTA ESTADUAL DE BATATAIS. 26. FLORESTA ESTADUAL DE BEBEDOURO. 27. FLORESTA ESTADUAL DE CAJURU. 28. FLORESTA ESTADUAL DE MANDURI. 29. FLORESTA ESTADUAL DE PEDERNEIRAS. 30. FLORESTA ESTADUAL DE PIRAJU. 31. HORTO FLORESTAL ANDRADE E SILVA. 32. HORTO FLORESTAL DE CESÁRIO. 33. HORTO FLORESTAL DE OLIVEIRA COUTINHO. 34. HORTO FLORESTAL DE PALMITAL. 35. HORTO FLORESTAL DE SANTA ERNESTINA. 36. HORTO FLORESTAL DE SUSSUÍ. 37. PARQUE ESTADUAL ALBERTO LÖFGREN. 38. VIVEIRO FLORESTAL DE PINDAMONHANGABA. 39. VIVEIRO FLORESTAL DE TAUBATÉ. 40. FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE. ANEXO IV. (a que se refere o artigo 64 deste Decreto). PLANO DE PRODUÇÃO SUSTENTADA. O Plano de Produção Sustentada (PPS) é um plano de manejo florestal sustentado que alcança estações experimentais e florestas estaduais administradas pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente, que somam aproximadamente 27.000ha de áreas com plantios



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

homogêneos de espécies madeireiras, a exemplo do *Pinus* e *Eucalyptus*. Estas áreas constituem importante lócus de pesquisa genética, de pesquisa em manejo florestal e de recursos econômicos, representando, fundamentalmente, a sustentabilidade de todo o SIGAP, notadamente o suporte das unidades de conservação de proteção integral do Estado. Em 2003, o Instituto Florestal propôs a execução do Plano de Produção Sustentada (PPS), que abrange, além do manejo florestal o aproveitamento de bens inservíveis nestas estações experimentais e florestas estaduais. Sua implementação foi iniciada a partir do ano agrícola 2004/2005, obtendo sucesso de imediato. Este Plano, de caráter técnico-científico garantiu o próprio reinvestimento em florestas, com plantio em módulos anuais próximos dos 1.000ha, previstos para ciclos de 25 (vinte e cinco) anos (2004/2005).

**UNIDADES ENVOLVIDAS - PLANO DE PRODUÇÃO SUSTENTADA**

<b>UNIDADES</b>	<b>ÁREA PLANTADA EM HECTARES</b>
<b>F.E. de Assis</b>	<b>1.909,63</b>
<b>E.E. de Marília</b>	<b>152,89</b>
<b>E.E. de Paraguaçu Paulista</b>	<b>2.347,93</b>
<b>F.E. de Avaré</b>	<b>503,20</b>
<b>F.E. de Paranapanema</b>	<b>1.423,08</b>
<b>E.E. de Bauru</b>	<b>21,52</b>
<b>E.E. de Jaú</b>	<b>50,60</b>
<b>F.E. de Pederneiras</b>	<b>1.459,23</b>
<b>E.E. de Bento Quirino</b>	<b>200,00</b>
<b>E.E. de Luis Antonio</b>	<b>1.251,59</b>
<b>E.E. de São José do Rio Preto</b>	<b>13,57</b>
<b>E.E. de São Simão</b>	<b>1.350,32</b>
<b>F.E. de Batatais</b>	<b>1.086,15</b>
<b>F.E. de Bebedouro</b>	<b>63,70</b>
<b>F.E. de Cajuru</b>	<b>1.505,03</b>
<b>E.E. de Buri</b>	<b>400,00</b>
<b>E.E. de Itapetininga</b>	<b>3.127,83</b>
<b>F.E. de Angatuba</b>	<b>796,95</b>
<b>E.E. de Itapeva</b>	<b>1.026,89</b>
<b>E.E. de Itararé</b>	<b>1.310,41</b>
<b>F.E. de Manduri</b>	<b>793,69</b>
<b>F.E. de Piraju</b>	<b>509,90</b>
<b>F.E. de Águas de Santa Bárbara</b>	<b>1.000,00</b>
<b>E.E. de Casa Branca</b>	<b>341,90</b>
<b>E.E. de Mogi Guaçu</b>	<b>2.481,17</b>
<b>E.E. de Mogi Mirim</b>	<b>67,82</b>
<b>E.E. de Araraquara</b>	<b>83,53</b>
<b>E.E. de Itirapina</b>	<b>2.029,68</b>
<b>E.E. de Tupi</b>	<b>116,31</b>
<b>TOTAL DA ÁREA PLANTADA</b>	<b>27.424,52</b>



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**MODULAÇÃO = 27.424,52/25 = 1.096,98ha/ano MÉDIA DO MÓDULO = 1.000,00ha/ano E.E. =**  
**Estação Experimental F.E. = Floresta Estadual Publicado em: 30/12/2006 Atualizado em:**  
**05/03/2009 10:35. MODULAÇÃO = 27.424,52/25 = 1.096,98ha/ano MÉDIA DO MÓDULO =**  
**1.000,00ha/ano E.E. = Estação Experimental F.E. = Floresta Estadual.”**O conselheiro Olavo  
Reino registrou que acabara de chegar ao seu conhecimento que a Comissão de Política Salarial  
da Fundação Florestal havia, naquele momento, aprovado reajuste salarial de 5,37% aos seus  
funcionários, a vigorar já para o próximo pagamento. Não havendo mais a tratar, o **Secretário**  
**do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Bruno Covas**, parabenizou os presentes pela  
participação e dedicação a mais esta importante iniciativa e deu por encerrada a reunião. Eu,  
**Cecília Martins Pinto, Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA**, lavrei e assino a  
presente ata.